

O PAPEL DA IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NA
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

THE ROLE OF PARTY IDEOLOGY IN TRANSPARENCY
OF MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT

Igor Machado Torres

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: igormtorres.ufff@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6208-4014>

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora Cnpq nível 2.
E-mail: quinet.bastos@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8080-1486>

Fabio Junior Clemente Gama

Doutor em Economia (2020) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor
Adjunto I da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - Juiz de Fora.
E-mail: f140383@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3772-411X>

Como citar: TORRES, Igor Machado; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; GAMA, Fabio Junior Cle-
mente. O papel da ideologia partidária na transparência da gestão pública municipal. **Revista do Direito
Público**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 52-67, dez. 2025. DOI: 10.5433/1980-511X.2025.v20.n3.48602.
ISSN: 1980-511X.

Recebido em: 20/07/2023

Aceito em: 12/09/2025

Resumo: Este trabalho buscou examinar a rela-
ção entre ideologia partidária e *accountability* dos
municípios brasileiros. Para consecução do objetivo,
estima-se uma cross-section por Mínimos Quadros
Ordinários (MQO), tendo como variável dependen-
te a nota da avaliação de transparência e gestão
do MPF e como variáveis explicativas indicadores
de desenvolvimento de renda e educação e dum-
mies de ideologia partidária – centro, esquerda e
direita. Os resultados apontam que não há relação
entre a posição política dos gestores e o grau de
accountability adotado por estes. Contudo, fatores
estruturais como renda e educação são relevantes
para explicar o empenho dos mesmos quanto a
prestação de contas para a sociedade.

Palavras-chave: accountability; transparência;
democracia; política.

Abstract: This work sought to examine the relation-
ship between transparency evaluation of Ministério
Público Federal (MPF) and partisan ideology - cen-
ter, left and right, having as source of analysis of
Brazilian municipalities. For an analysis, use as MPF
Management transparency notes and indicators of
income and education development, developed by
the Federação das Indústrias do Estado do Rio de
Janeiro (FIRJAN). The results indicate that there
is no relation between a political position adopt-
ed by managers and the degree of responsibility
adopted by managers. However, structural fac-
tors such as income and education are relevant
to explain their commitment to the provision of
account to society.

Keywords: accountability; transparency; democ-
racy; politics.

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura política brasileira, é possível notar os desdobramentos que a sociedade vem sofrendo no que tange a representatividade do Estado, ocasionados pela corrupção envolvendo agentes públicos que deveriam agir em prol de um Estado democrático de direito.

Nesse sentido, os partidos políticos deveriam exercer um papel fundamental no auxílio de anseios advindos da população, mas, infelizmente, esse preceito não é seguido. Os partidos, uma vez que detêm o poder, visam os próprios interesses, e acabam por não suprir os da sociedade, gerando assim uma assimetria de informação entre esta e os governantes. Pode-se denominá-los, respectivamente, como principal e agente, de modo que o principal é o detentor dos recursos e os fornece para o agente os gerenciar. “Dizemos que existe uma relação de agente sempre que houver uma relação de emprego na qual o bem-estar de alguém depende daquilo que é feito por uma outra pessoa. O agente representa a pessoa atuante, e o principal, a parte que é afetada pela ação do agente” (Pindyck; Rubinfeld, 1944, p. 821).

A assimetria de informação surge quando o principal não dispõe do mesmo nível de informação que o agente, o que gera incerteza quanto à alocação dos recursos públicos. Assim, a qualidade da informação é essencial para mitigar o distanciamento entre sociedade e governantes. A transparência das ações estatais torna-se, portanto, um mecanismo indispensável de controle social.

Contudo, o conceito de accountability ultrapassa a noção restrita de prestação de contas, abrangendo também a dimensão política e democrática de responsabilização dos governantes. Conforme Przeworski (2001), a efetivação desse processo pressupõe que: (i) os eleitores possam identificar os responsáveis pelo desempenho governamental; (ii) possam substituí-los em caso de mau desempenho; (iii) os políticos tenham incentivos para buscar a reeleição por meio de resultados positivos; e (iv) existam mecanismos institucionais que possibilitem a recompensa ou a punição dos gestores em função de seus resultados.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como problema de pesquisa investigar se a ideologia partidária dos gestores municipais influencia o grau de transparência e accountability nas administrações públicas brasileiras. Parte-se da hipótese de trabalho de que a orientação ideológica dos partidos pode afetar o nível de transparência dos governos locais, considerando que distintas posições políticas tendem a se associar a diferentes concepções sobre publicidade, responsabilidade e controle social.

O objetivo geral consiste em verificar se os fundamentos ideológicos expressos nos partidos políticos estão associados a variações nos graus de transparência da gestão pública municipal. De forma complementar, os objetivos específicos são avaliar empiricamente a relação entre ideologia partidária e o índice de transparência do Ministério Público Federal (MPF), e examinar a influência de variáveis socioeconômicas, como renda e educação, sobre os níveis de accountability.

Para alcançar esses objetivos, adota-se uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e explicativo, baseada em dados secundários de municípios brasileiros. O método empregado é o estudo transversal (cross-section), estimado por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A variável dependente é a nota da avaliação de transparência do MPF em 2016, enquanto as variáveis explicativas incluem a nota de 2015, os índices FIRJAN de desenvolvimento municipal (educação e renda) e dummies de ideologia partidária (centro, esquerda e direita).

Dada a limitada quantidade de estudos empíricos que examinam a relação entre ideologia partidária e transparência na gestão pública municipal, este trabalho busca contribuir para o avanço da literatura ao propor uma análise sistemática dessa relação, utilizando dados do MPF que permitem avaliar o cumprimento da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação.

Além desta introdução, o trabalho é composto por mais 4 seções. A próxima discorre sobre a literatura focada na *accountability*. A seção 3, apresenta a base

de dados. A quarta expõe a metodologia e o modelo empírico, e na quinta apresentam-se os resultados. Por fim, tem-se as considerações finais.

1 TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Para Filgueiras (2011), após o processo de redemocratização na América Latina ocorrido na década de 1980, houve uma mudança no posicionamento da sociedade em prol do aprofundamento da *accountability* e um aumento da transparência pública das entidades. Esta nova postura levou a criação de espaços públicos, bem como o aumento da presença civil nos diálogos e tomada de decisão concernentes aos assuntos da ordem pública. Gama e Rodrigues (2016) destacam, a relevância que o papel da transparência e amplo acesso a informações públicas desempenham na constituição dos pilares fundamentais de um governo amplo e participativo do ponto de vista social.

A *accountability* associada à transparência pública torna a responsabilização dos atos dos gestores mais clara e simples. Entre as obrigações dos gestores das instituições públicas está contida a prestação de contas de forma transparente perante a sociedade de forma geral, sendo passível a avaliação, questionamento e punição dos atos executados por estes indivíduos - via mecanismos democráticos disponíveis. Assim, pode-se reconhecer que há uma potencialidade para introdução civil no processo de decisões efetivas que permeiam os rumos do Estado. (O'Donnell, 1994).

De acordo com Prado (2004), é possível compreender o termo *accountability* como um princípio expresso por meio de mecanismos institucionais que visam obrigar o governo a prestar contas para a sociedade. Para a sua plena realização, esses mecanismos devem garantir que a ação dos governantes ocorra de forma transparente, permitindo que os cidadãos não só sejam informados sobre as ações, mas também possam participar das decisões, propiciando a eles influenciar na definição das metas coletivas, não somente através de seus votos, mas ao longo de todo o mandato de seus representantes.

Desta forma, a abertura pública de maneira transparente incentiva o alinhamento entre a sociedade e as decisões tomadas por gestores, estimula a participação popular; além de acentuar o caráter responsivo que os governantes possuem diante da sociedade civil, suscetível a averiguações e penalizações de seus atos (Filgueiras, 2011).

No caso brasileiro, a Constituição Federal (1988) vem colocar em maior perspectiva a transparência na administração pública do país. A publicidade é adicionada aos princípios da administração pública, submetendo os órgãos administrativos a prestação de contas – *accountability*. Com a Constituição, também são criados Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação partidária a níveis de Estado e sociedade civil, estabelecendo, então, dispositivos que tornam o processo democrático mais direto e participativo. Já nos anos 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei nº 101-, corrobora para que a efetividade e eficiência se façam presentes na esfera pública, através da normatização das finanças públicas com foco na conduta e responsabilidade dos governantes no âmbito fiscal. Alguns dos dispositivos estabelecidas com a LRF – através do artigo 48 - foram orçamentos; leis de diretrizes orçamentárias; prestação de contas e parecer prévio associado; o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; entre outros. Com a aprovação da Lei Complementar nº 131/2009, conhecida também como Lei de Transparência Pública, foi determinada a liberação ao amplo conhecimento popular e acompanhamento da sociedade de todas as informações sobre a execução financeira e orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios em portais eletrônicos online (Bernardo; Reis; Sediyaama, 2017).

A partir de 2011, com a promulgação da lei 12.527/2011, o Brasil vem a se tornar o 89º país a adotar uma Lei de Acesso à Informação Pública¹. Essa lei tem, como principal objetivo, reforçar a *accountability* democrática se tornando um

1 Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

instrumento para a obtenção de um país mais aberto e responsivo, e, neste intuito, ela torna pública todas as informações dos órgãos governamentais (Medeiros; Magalhães; Pereira, 2014).

1.1 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Em termos empíricos, muitos esforços foram realizados para identificar os fatores políticos e socioeconômicos que se relacionam com o nível da transparência da gestão pública. Cruz *et al.* (2012) buscaram identificar os fatores que influenciam a transparência de informações relativas à gestão fiscal, divulgadas nos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. Os autores utilizaram variáveis socioeconômicas para analisar a relação com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE). Os resultados revelam que existe associação entre os indicadores sociais e econômicos, e os níveis de transparência fiscal em meio eletrônico. Neste mesmo trabalho, os autores ampliaram a base de dados para os grandes municípios brasileiros. Os achados indicaram a presença de correlação entre condições socioeconômicas e os níveis de transparência, observado nos sites das instituições, medido através das divulgações informativas acerca da gestão pública. A relação encontrada é, de forma geral, de ordem positiva, levando a concluir, então, que maiores níveis de transparência dos municípios estão associados com condições socioeconômicas mais elevadas. Leite Filho; Andrade; Colares. (2014), encontram resultados similares para o estado de Minas Gerais, e, ainda, verificam uma relação que aponta para maior transparência em municípios mais populosos. Outro estudo – Grimmeliikhuijse e Welch (2012) - também demonstra melhores resultados em transparência naquelas localidades em que há melhores índices sociais e maiores níveis de investimentos per capita nas áreas de saúde e educação.

Grimmeliikhuijsen e Welch (2012) buscaram elucidar os determinantes da transparência em governos locais observados nos websites. Pressão de grupos externos, capacidade organizacional, influência política e atenção da mídia são as características determinantes para que haja uma maior transparência por parte dos governos nesta plataforma. Em Paiva e Zuccolotto (2009) é verificada a relação positiva entre municípios com maiores receitas e a divulgação de informações em meio eletrônico aberto ao público; fato que se associa a maior disponibilidade de recursos destes governos para realização de investimentos no gerenciamento informacional.

Pelos trabalhos anteriores, observa-se que fatores socioeconômicos, demográficos e financeiros podem ter poder explicativo sobre o nível de transparência da gestão pública municipal. Assim, os estudos empíricos vêm focando na investigação das causas exógenas da transparência fiscal, concedendo, desta forma, pouco destaque às causas internas deste processo.

Alt, Lassen e Rose (2006), é um dos poucos estudos que analisa a transparência considerando fatores endógenos. Estes autores, buscando os determinantes da transparência fiscal nos estados americanos, utilizam, além de variáveis quantitativas, outras como: competição política, polarização política, nível de competição do governo, dívida dos governos, superávit fiscal e déficit fiscal. Os autores concluem que o ambiente fiscal e o cenário político influenciam o nível de transparência dos estados; além de que um maior nível de competição política está associado a níveis de transparência mais elevados. Bellver e Kaufmann (2005) incluem componentes econômicos/institucionais e políticos ao construírem um índice que mede a transparência para 194 países. Novamente, os melhores níveis de transparência estão associados a indicadores socioeconômicos e humanos mais elevados, e ao alto nível de competição política.

Zuccolotto e Teixeira (2014) buscam identificar e medir os aspectos políticos e institucionais - entre outros - determinantes na transparência fiscal dos estados brasileiros (26 estados e DF). O modelo traz como variável dependente a transparência fiscal, medida através do índice do Contas Abertas para os Estados (ITE). As variáveis políticas (explicativas) utilizadas são duas: Partido Político, que corresponde ao partido político do governador em exercício; e a variável Competição do Governador, que descreve a alternância ou não de determinado partido políti-

co no poder após as eleições estaduais como proxy de competição do governador. Os resultados demonstram a não significância para ambas as variáveis de caráter político. Desta forma, os partidos políticos analisados (PT, PSDB, PMDB, PMN, PSB e DEM) não se diferenciam em seus níveis de transparência.

Para os autores, os resultados encontrados - partidos políticos e a competição do governador não terem influência sobre a transparência no Brasil – não são altamente surpreendentes, uma vez que, as estratégias de eleição adotadas por governantes e seus partidos não seguem nenhuma lógica no tocante a ideologias partidárias. As coalizões interpartidárias firmadas não assumem uma orientação vertical na qual seria verificada uma composição similar em âmbito federal, estadual e municipal.

2 BASE DE DADOS

Os dados eleitorais foram retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do qual foram extraídos os resultados das eleições para prefeito no ano de 2012 de todos os municípios brasileiros². A base de dados é composta por dados do primeiro e segundo turno das eleições, assim como os resultados das eleições suplementares, que ocorrem quando há a perda do mandato do candidato eleito em pleito majoritário ou ainda quando por decisão da Justiça Eleitoral houver indeferimento ou cassação do registro do candidato eleito.

É importante destacar que o recorte temporal entre 2012 e 2016 decorre da própria disponibilidade das informações. A base de dados utilizada, as avaliações de transparência do Ministério Público Federal (MPF), foi descontinuada após 2016, impossibilitando a obtenção de séries metodologicamente compatíveis com os anos subsequentes. Além disso, o período considerado coincide com a consolidação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o que reforça a relevância desse intervalo para a análise proposta.

A fim de evitar possíveis vieses estatísticos, não foram analisados partidos com baixa representação política. Desse modo, os partidos Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Rede Sustentabilidade (Rede), Solidariedade (SD), Partido Novo, Partido da Mulher Brasileira (PMB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) saíram da amostra, por contarem com menos de cinco prefeituras.

O critério adotado para apontar a ideologia do partido (Quadro 1) se consistiu na análise do conteúdo dos estatutos dos partidos, assim como a avaliação de especialistas no trabalho de Tarouco e Madeira (2013), a percepção da opinião pública e o comportamento dos parlamentares (Fernandes, 1995; Babireski, 2016; Roeder, 2016) e a auto declaração dos políticos (Vasconcellos, 2016). Esses critérios, no entanto, podem sofrer limitações, já que a avaliação de especialistas pode sofrer viés ideológico dos analistas e eleitores que os classificam. Os estatutos podem também ser viesados de acordo com comportamento estratégico dos partidos ao os elaborarem.

Quadro 1 - Ideologia e número de prefeituras dos partidos políticos -2012

Partido	Sigla	Ideologia	Prefeituras
Democratas	DEM	Direita	280
Partido da Mobilização Nacional	PMN	Direita	42
Partido Progressista	PP	Direita	473
Partido da República	PR	Direita	270
Partido Republicano Brasileiro	PRB	Direita	80
Partido Republicano Progressista	PRP	Direita	23
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	PRTB	Direita	16
Partido Social Cristão	PSC	Direita	82
Partido Social Democrático	PSD	Direita	497
Partido Social Democrata Cristão	PSDC	Direita	10
Partido Social Liberal	PSL	Direita	23
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	Direita	295
Partido Humanista da Solidariedade	PHS	Centro	16
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	Centro	1017
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	Centro	700
Partido Trabalhista do Brasil	PT do B	Centro	24

2 Nos municípios que tiveram eleições extraordinárias de 2012 e 2016, considerou-se o partido do prefeito em exercício na data da avaliação.

Partido Trabalhista Cristão	PTC	Centro	20
Partido Trabalhista Nacional	PTN	Centro	13
Partido Comunista do Brasil	PC do B	Esquerda	54
Partido Democrático Trabalhista	PDT	Esquerda	307
Partido Pátria Livre	PPL	Esquerda	10
Partido Popular Socialista	PPS	Esquerda	123
Partido Socialista Brasileiro	PSB	Esquerda	442
Partido dos Trabalhadores	PT	Esquerda	645
Partido Verde	PV	Esquerda	104

Fonte: Os autores, baseados no Tribunal Superior Eleitoral (2016).

De acordo com a teoria downsiana, segundo Tarouco (2008), os partidos se posicionam em relação à importância da intervenção do estado na economia, entre a esquerda (maior controle governamental) e a direita (maior liberdade de mercado). O pressuposto é que essas preferências são decorrentes dos vínculos dos partidos com as classes sociais, a esquerda se identificando com as bandeiras do igualitarismo e representando as classes trabalhadoras e menos favorecidas, enquanto a direita se aproxima mais dos ideais conservadores e de liberdade individual.

Avaliada por meio da localização na dimensão esquerda-direita, as preferências ideológicas dos partidos políticos explicariam desde os gastos sociais do governo até os resultados macroeconômicos. Segundo Tarouco (2008), os gastos sociais, que afetam os resultados macroeconômicos, são medidas redistributivas e, portanto, medidas preferidas por governos ocupados por partidos de esquerda, enquanto partidos de centro e de direita tendem a adotar políticas de ajuste.

Entretanto, os partidos políticos tendem a se mover através do espectro ideológico em suas formulações de política com o objetivo de conseguir um maior eleitorado e consequentemente um maior número de votos. Com isso, as posições ideológicas podem variar de acordo com a perspectiva do eleitorado mediano, se deslocando por muitas vezes para o centro (Downs, 1999). Os dados de avaliação de transparência foram adquiridos no site do Ministério Público Federal, no Ranking Nacional de Transparência (Brasil, [2016]), no qual foram avaliados os portais dos 5.567 municípios brasileiros em duas avaliações, a primeira entre 08/09/2015 e 09/10/2015, e a segunda entre 09/05/2016 e 20/05/2016.

A avaliação se consistiu em um questionário aplicado pelas unidades do MPF em todo o Brasil, e conta, essencialmente, com sua formulação baseada nas exigências legais, tais como questões acerca da transparência prestada pelos governantes com relação à receita, despesa, licitações, contratos, relatórios, e a forma como são passados os dados para a população - se o município possui um portal com suas informações na internet e se possui boas práticas de transparência, divulgando por exemplo, a remuneração individualizada por nome do agente público.

Cada uma das questões possui um peso no cálculo da pontuação, que varia de 1 a 10, porém não estão previstos no questionário 100% das exigências legais, sendo que as leis de transparência foram avaliadas e aqueles municípios que conseguiram uma pontuação elevada, estão com níveis satisfatórios de transparência de acordo com o MPF.

As variáveis socioeconômicas foram extraídas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, as quais correspondem aos índices Desenvolvimento Municipal para as áreas de Emprego e Renda, e Educação. Os dados são do ano de 2013 devido à falta de informações atualizadas para todos os municípios, contudo, o fato dos índices de desenvolvimento normalmente terem pouca variação no tempo, a possibilita empregar valores defasados para representar valores presentes sem grandes perdas de informação. Assim, acredita-se que os valores de 2013, são proxies razoáveis para representar os índices de 2016, face o pequeno lag temporal que os separam.

O índice de educação é composto por: Matrículas na educação infantil, Abandono no ensino fundamental, Distorção idade-série no ensino fundamental, Docentes com ensino superior no ensino fundamental, Média de horas aula diária no ensino fundamental e Resultado do IDEB no ensino fundamental. Já as variáveis que compõem o índice de renda e emprego são: Geração de emprego formal, Absorção da mão de obra local, Geração de Renda formal, Salários médios do emprego formal e Desigualdade. Por fim, a leitura dos índices segue o mesmo padrão, isto

é, com os índices variando entre 0 e 1, então, de acordo com a metodologia da FIRJAN, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

3 METODOLOGIA E MODELO EMPÍRICO

Para estimar os parâmetros do modelo utiliza-se o método MQO. O MQO consiste em um estimador que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos de uma regressão, de modo a maximizar o grau de ajuste do modelo aos dados observados. Ao utilizar o método dos MQO, deve-se ater a algumas premissas a respeito das variáveis, sendo elas a média condicional zero, a não colinearidade e a homocedasticidade. Na média condicional zero, a condicional em relação à totalidade da matriz X, cada erro terá média zero: $E(u_i|X) = 0$, $i = 1, 2, \dots, n$.

Como os erros não são variáveis observáveis, é necessário o estabelecimento de pressupostos referentes às propriedades estatísticas distribuição para que possa se ter uma base para estimação. O valor assumido pelo erro em qualquer tempo t da amostra depende de certa probabilidade, e sendo um desvio, ele pode ter caráter positivo, negativo ou nulo. Pressupõe-se, que o valor esperado desse desvio seja zero para todas as observações. Esse pressuposto significa que, na média, todas as influências das variáveis excluídas do modelo tenderão a se anular. Logo, o erro não tem qualquer influência sobre Y e o modelo se apresenta corretamente especificado em termos das variáveis explicativas.

A multicolinearidade refere-se ao caso em que existe uma alta correlação entre duas ou mais variáveis explicativas, o que torna difícil o isolamento de seus efeitos individuais na variável explicada. Segundo Gujarati (2003), na presença de multicolinearidade, os coeficientes estimados pelos MQO podem ser estatisticamente não significantes ainda que tenha um R^2 alto. Caso haja perfeita multicolinearidade, apesar dos coeficientes serem determinados, eles irão possuir erros padrões muito grandes em relação aos seus coeficientes, afetando a precisão da estimativa.

A colinearidade existente entre duas variáveis explicativas é medida pelo coeficiente de correlação entre elas, e a primeira indicação da existência de multicolinearidade é quando o R^2 é alto, porém os coeficientes de regressão não são estatisticamente significativos.

Na homocedasticidade, dados os valores de X, a variância do termo de erro é igual para todas as observações. Isso quer dizer que as variâncias condicionais de são iguais, ou seja:

$$\begin{aligned} var(u_i|X_i) &= E \\ E(u_i^2|X_i) &= \sigma^2 \end{aligned} \quad (1)$$

Para que se consiga estimar o modelo de regressão, utiliza-se variáveis qualitativas (*dummy*) e variáveis quantitativas. A variável *dummy* é uma forma de introduzir fatores qualitativos nos modelos econométricos, e se baseia na utilização dessas variáveis para indicar a presença ou ausência de determinada característica. Ela é frequentemente chamada de variável dicotômica, visto que assume apenas um de dois valores, geralmente 0 ou 1.

Considere a equação de regressão linear de uma *dummy*:

$$Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i, \quad (2)$$

ou, em uma notação mais simples:

$$Y_i = X_i \beta + u_i \quad (3)$$

onde X_i é o vetor (1xK) de componentes 1, X_{2i} , X_{3i} , \dots , X_{ki} e β e o vetor (Kx1) de coeficientes de regressão, e Y_i designa uma variável binária de valor 1 ou 0. O valor 1 será atribuído à posição ideológica do partido do prefeito do município da base de dados, enquanto atribui-se 0 para todos as outras duas posições, não podendo ser observado, portanto, dois valores não nulos como correspondendo à verificação.

O modelo tem os partidos políticos subdivididos em três grupos, separados de acordo com suas ideologias políticas, sendo partidos de direita, de esquerda e de centro. Uma forma de estimar o modelo seria considerar separadamente cada um dos grupos de observações e ajustar três modelos de regressão distintos. As retas de regressão que melhor se ajustariam ao modelo teriam a seguinte estrutura.

$$y_i = \alpha_1 + \beta X_i + u_i \text{ para o primeiro grupo} \quad (4)$$

$$y_i = \alpha_2 + \beta X_i + u_i \text{ para o segundo grupo} \quad (5)$$

$$y_i = \alpha_3 + \beta X_i + u_i \text{ para o terceiro grupo.} \quad (6)$$

Entretanto, a estimação desses modelos não resultaria exatamente o mesmo valor para β , parâmetro esse que assume ser comum às três especificações. Mas como os três grupos reagem de forma semelhante a uma variação unitária na variável X , assim, reúnem-se todas as observações para ajustar um modelo de regressão que produza três termos independentes diferentes, mas apenas uma estimativa para o coeficiente de inclinação. A definição de regressores *dummy* se mostra como o procedimento adequado para o objetivo do trabalho. Sendo assim, a definição das variáveis seriam:

$$D_{2i} = \begin{cases} 1, \text{ caso a observação verifica a característica que define o segundo grupo} \\ 0, \text{ caso contrário} \end{cases}$$

$$D_{3i} = \begin{cases} 1, \text{ caso a observação verifica a característica que define o terceiro grupo} \\ 0, \text{ caso contrário} \end{cases}$$

Após a definição das variáveis, ajusta-se a equação de regressão da seguinte forma:

$$y_i = \alpha_1 + (\alpha_2 - \alpha_1)D_{2i} + (\alpha_3 - \alpha_1)D_{3i} + \beta X_i + u_i, \quad (7)$$

O que permite uma única estimativa para e e três ordenadas na origem distintas. Note que, quando $D_{2i} = D_{3i} = 0$, o modelo do primeiro grupo se reduz a:

$$y_i = \alpha_1 + \beta X_i + u_i \quad (\text{primeiro grupo}); \quad (8)$$

Quando $D_{2i} = 1$ e $D_{3i} = 0$,

$$y_i = \alpha_2 + \beta X_i + u_i \quad (\text{segundo grupo}); \quad (9)$$

e, finalmente, quando $D_{2i} = 0$ e $D_{3i} = 1$,

$$y_i = \alpha_3 + \beta X_i + u_i \quad (\text{terceiro grupo}). \quad (10)$$

O ajustamento da regressão é uma forma alternativa de representar todas as outras equações, e mostra que a aplicação dos regressores *dummy* torna possível a estimação de um modelo com parâmetros variáveis. O coeficiente da variável *dummy* D_2 representa a diferença entre os termos independentes das equações de regressão relativas aos dois primeiros grupos, e semelhantemente, o coeficiente da variável *dummy* D_3 representa a diferença entre os termos independentes do terceiro grupo.

Pode-se tornar isso mais claro fazendo a representação do ajustamento da equação na forma equivalente:

$$y_i = \alpha_1 + \delta_2 D_{2i} + \delta_3 D_{3i} + \beta X_i + u_i, \quad (11)$$

em que $\delta_2 = (\alpha_2 - \alpha_1)$, e $\delta_3 = (\alpha_3 - \alpha_1)$. Sendo assim, ter-se-ia para cada um dos grupos de observação o seguinte modelo de regressão linear.

$$y_i = \alpha_1 + \beta X_i + u_i \quad \text{se } D_{2i} = D_{3i} = 0 \quad (12)$$

$$y_i = (\alpha_1 + \delta_2) + \beta X_i + u_i \quad \text{se } D_{2i} = 1 \text{ e } D_{3i} = 0 \quad (13)$$

$$y_i = (\alpha_1 + \delta_3) + \beta X_i + u_i \quad \text{se } D_{2i} = 0 \text{ e } D_{3i} = 1. \quad (14)$$

De uma forma mais simples, a variação na reta da regressão será a mesmo para todos os valores de X . Dada a relação entre Y e o erro, pode se mostrar que a variância de Y será igual à variância do erro. Sendo assim, essa pressuposição implica que a dispersão dos valores populacionais de Y é a mesma independentemente do nível de X (Gujarati, 2003). Assim, o modelo empírico a ser estimado é dado por:

$$AVA_{2i} = B_0 + AVA_{1i}B_1 + RENDA_iB_2 + EDUC_iB_3 + CENTB_4 + \\ CENT_DB_5 + CENT_EB_6 + U_i \quad (15)$$

Em que AVA_{1i} e AVA_{2i} representam as avaliações do MPF no município i nos anos de 2015 e 2016 respectivamente ; $REND A_i$ e $EDUC_i$ representam os índice de desenvolvimento municipal FIRJAN para as áreas de renda e educação respectivamente; $CENT$, $CENT_D$ e $CENT_E$ são *dummies* de clusters que representam as posições políticas de centro, de direita e de esquerda respectivamente e U_i é um termo de erro aleatório.

No que tange as relações previstas, espera-se sinal positivo do indicador de educação com o grau de transparência da gestão pública. Pois, uma sociedade mais instruída, desempenha melhor seus deveres de cidadãos, no qual está incluído uma maior participação da vida pública - cobrança sobre os gestores, e eleição de gestores mais comprometidos com a gestão pública, entre outros³. Da mesma forma, acredita-se que há relação positiva entre renda e transparência da gestão pública, pois, um maior nível de renda implica em maior acesso à informação e o exercício da cidadania⁴. Por fim, a avaliação de transparência do MPF de 2015 entra no modelo como variável explicativa a fim de captar os efeitos inerciais, ou seja, como os gestores tomam decisões sobre *accountability*, de acordo com a nota observada no período anterior⁵. A nota anterior pode apresentar ligação positiva ou negativa com a avaliação de 2016 de acordo com as posições dos gestores em relação ao ônus ou bônus político. Por exemplo, se na média os gestores acreditam que a redução do ônus político de uma nota baixa seja mais importante do que o bônus político de uma nota mais elevada, então, espera-se que uma relação negativa entre as notas, isto é, quanto menor a nota passada, maior será a variação da nota presente face à busca dos gestores em reduzir o ônus político. Por outro lado, se na média os gestores acreditam que a ampliação do bônus político de uma nota elevada seja mais importante do que a redução do ônus político de uma nota baixa, então, espera-se relação positiva entre a nota anterior e a nota presente.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS E RESULTADOS

A análise descritiva dos dados tem como finalidade oferecer uma visão preliminar sobre as possíveis relações entre as variáveis explicativas e a variável dependente do modelo. Essa etapa permite identificar padrões de comportamento, associações e tendências que orientam a interpretação dos resultados econométricos.

A Figura 1 apresenta o gráfico de dispersão entre as notas das duas avaliações de transparência do Ministério Público Federal (MPF), realizadas em 2015 e 2016. Nota-se uma relação positiva entre as variáveis, indicando que municípios com melhor desempenho na primeira avaliação tendem a apresentar notas mais elevadas na segunda. Esse comportamento sugere a existência de um efeito de persistência nas práticas de transparência: administrações municipais que já possuíam mecanismos institucionais consolidados para disponibilização de informações públicas tendem a mantê-los ou aprimorá-los ao longo do tempo. Em outras palavras, o desempenho anterior parece influenciar a continuidade das ações de transparência, o que pode refletir tanto capacidades administrativas mais desenvolvidas quanto um maior comprometimento dos gestores com a prestação de contas à sociedade.

A Figura 2 ilustra a relação entre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, componente renda (renda_2013), e a nota da segunda avaliação do MPF (ava_2). Verifica-se novamente uma associação positiva, ainda que com maior dispersão dos pontos. Esse padrão indica que municípios com maiores níveis de renda tendem a apresentar melhores resultados nas avaliações de transparência. Uma possível explicação para esse comportamento é que a renda mais elevada pode estar associada a uma estrutura administrativa mais robusta e à existência de recursos técnicos e humanos capazes de garantir o cumprimento das exigências legais de publicidade dos atos públicos. Além disso, populações com maior

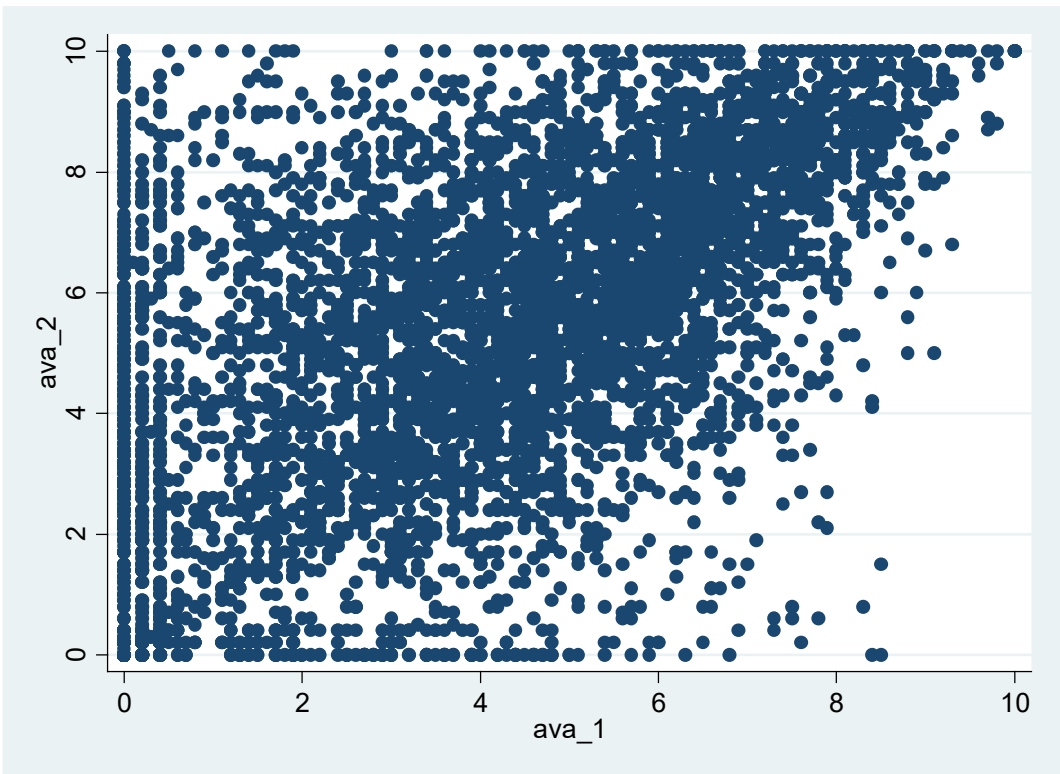
3 Ver Tonet (2005) e Fernandes (2011).

4 Ver Takahashi (2000), Rocha (2000) e Rice (2002).

5 Choo (2003), apresenta uma discussão de como os agentes tomam suas decisões de acordo com a avaliação de experiência observadas.

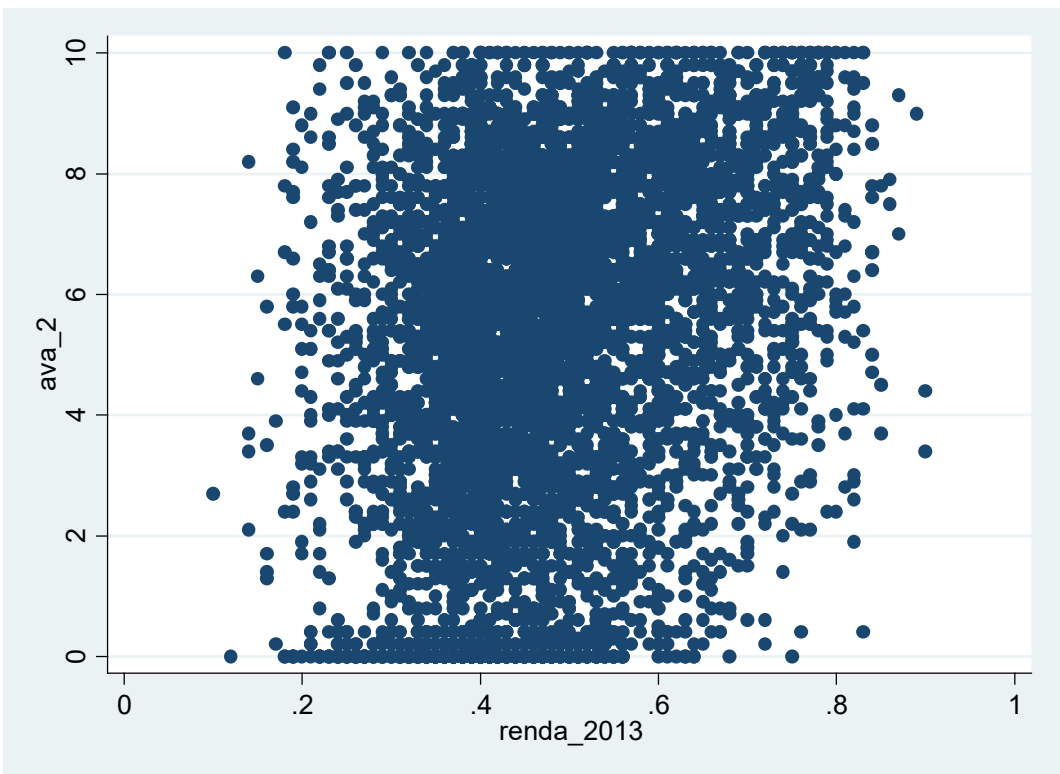
renda média tendem a ter maior acesso à informação e maior capacidade de exercer o controle social sobre a gestão pública, o que cria incentivos adicionais para que os gestores mantenham práticas de accountability.

Figura 1– Dispersão entre as notas das avaliações de transparência do MPF (2015 x 2016)



Fonte: Elaboração Própria

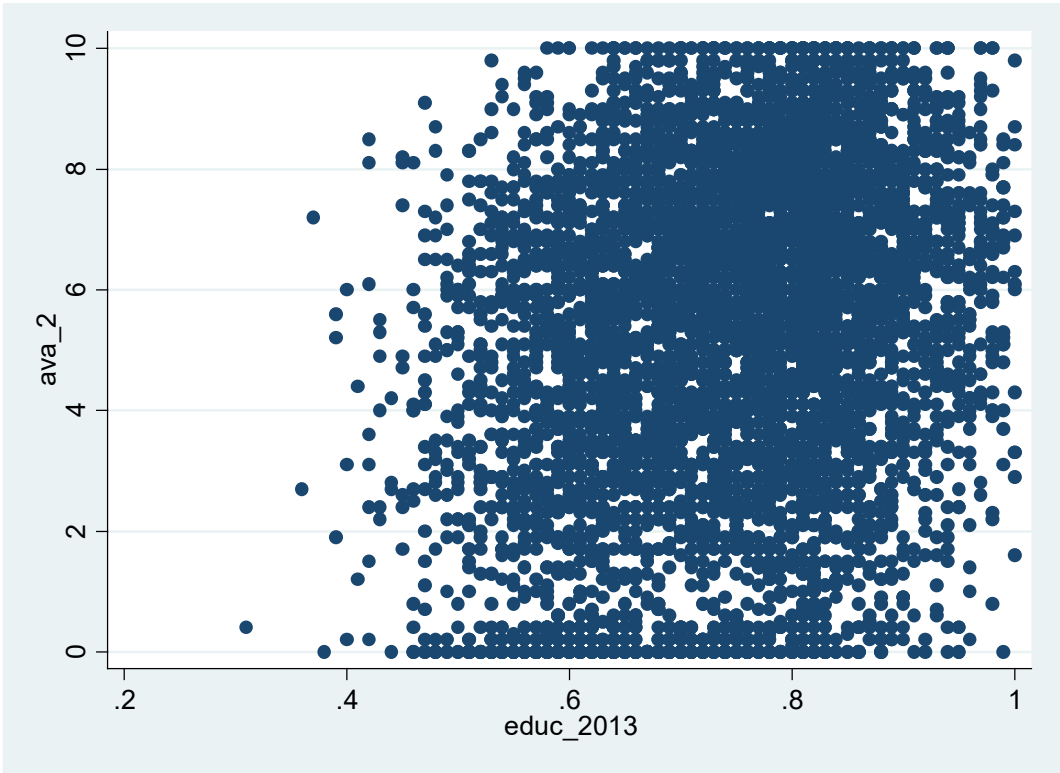
Figura 2– Dispersão entre renda municipal e nota da segunda avaliação do MPF (2016)



Fonte: Elaboração Própria

Por fim, a Figura 3 apresenta a relação entre o componente educação do Índice FIRJAN (educ_2013) e a nota da segunda avaliação do MPF. Assim como na análise anterior, observa-se uma associação positiva, sugerindo que níveis mais altos de escolaridade estão relacionados a maior transparência por parte dos gestores municipais. Esse resultado é coerente com a literatura, que aponta que o capital humano exerce papel relevante na consolidação da cidadania e no fortalecimento dos mecanismos de controle democrático. Cidadãos mais instruídos tendem a compreender melhor os instrumentos de fiscalização e a demandar maior clareza nas ações governamentais, o que, por sua vez, estimula os gestores a adotarem políticas de divulgação de informações e prestação de contas. Dessa forma, a educação não apenas amplia o conhecimento sobre direitos e deveres, mas também atua como um elemento indutor de boas práticas de governança pública.

Figura 3– Dispersão entre educação municipal e nota da segunda avaliação do MPF (2016)



Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 1 apresenta os coeficientes estimados do modelo empírico, obtidos por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O objetivo é verificar a influência das variáveis explicativas sobre a nota de transparência dos municípios brasileiros (variável ava_2).

Tabela 1 - Resultado da regressão

Regressores\Regredido	ava_2
ava_1	0.574*** (0.0129)
renda_2013	2.253*** (0.260)
educ_2013	1.071*** (0.288)
cent_d	2.353 (1.847)
cent	2.423 (1.847)
cent_e	2.356 (1.847)
Constant	-1.299 (1.857)
N	5,515
R ²	0.348

* $p<0.1$ ** $p<0.05$ *** $p<0.01$
† Erros padrões robustos entre parênteses

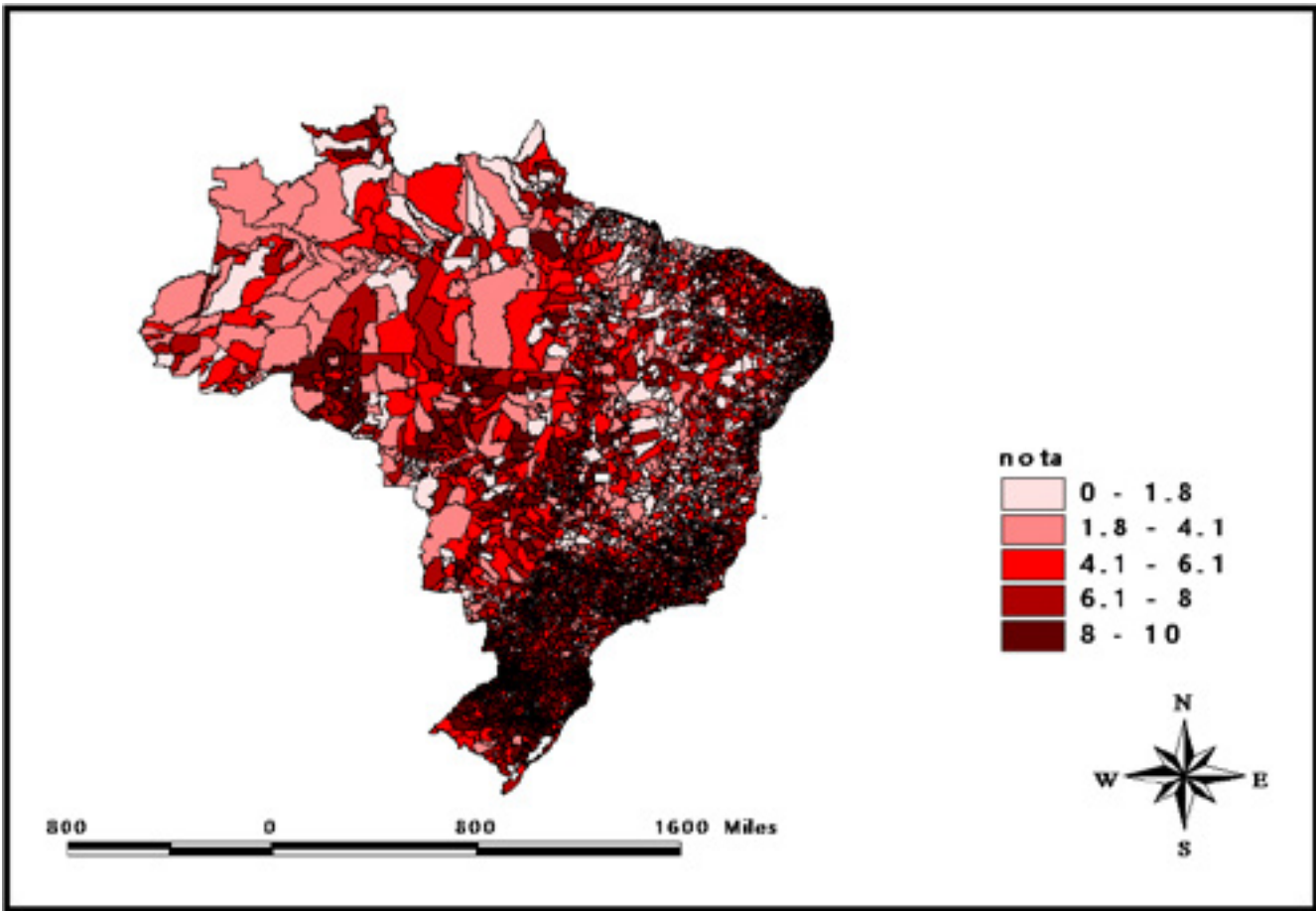
Fonte: Elaboração própria

Os resultados indicam que as variáveis de controle — `ava_1`, `renda_2013` e `educ_2013` — são estatisticamente significativas a 1% e apresentam sinais positivos, conforme esperado. A primeira avaliação do MPF (`ava_1`) está positivamente associada à segunda, com coeficiente de 0,574. Isso significa que um aumento de 1 ponto na nota anterior está relacionado, em média, a um acréscimo de 0,57 ponto na avaliação subsequente. Esse resultado confirma a existência de persistência temporal nos níveis de transparência, sugerindo que administrações que já apresentavam bom desempenho tendem a manter ou aprimorar suas práticas de divulgação de informações públicas.

No caso das variáveis estruturais, os resultados também apontam relações positivas e significativas. O coeficiente da variável `renda_2013` (2,253) indica que um incremento de 1 ponto no índice de renda municipal eleva, em média, a nota de transparência em 2,25 pontos. De modo semelhante, o coeficiente de `educ_2013` (1,071) mostra que o aumento de 1 ponto no índice de educação está associado a um acréscimo de aproximadamente 1 ponto na nota do MPF. Tais resultados reforçam o argumento de que condições socioeconômicas mais favoráveis — renda e educação — contribuem para o fortalecimento dos mecanismos de accountability, ampliando a capacidade da sociedade de exigir transparência e de fiscalizar a gestão pública.

As relações observadas nas regressões são reforçadas pelas representações espaciais apresentadas nas Figuras 4, 5 e 6. A Figura 4 mostra a distribuição geográfica das notas de transparência em 2016. Nota-se que os municípios com menores notas concentram-se predominantemente nas regiões Norte e Nordeste, enquanto os maiores níveis de transparência estão localizados nas regiões Sul e Sudeste. Essa heterogeneidade espacial coincide com as disparidades regionais em desenvolvimento socioeconômico.

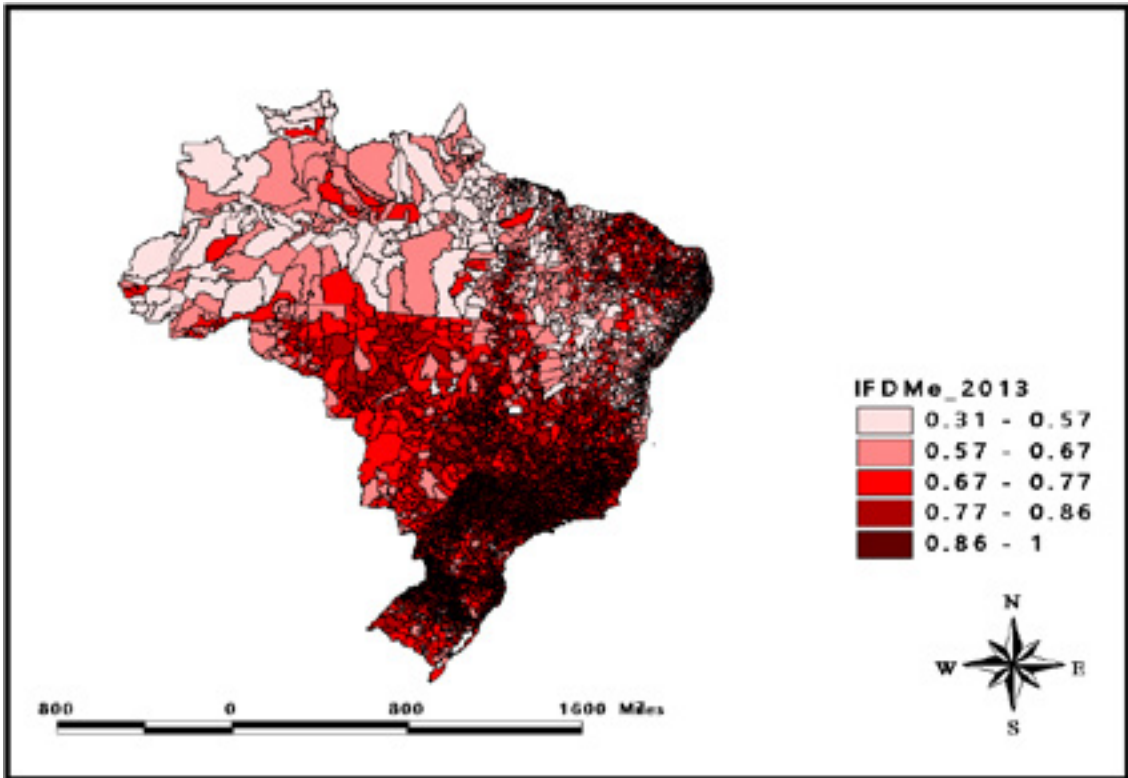
Figura 4 – Gráfico regional com a nota avaliação - 2016



Fonte: Elaboração Própria

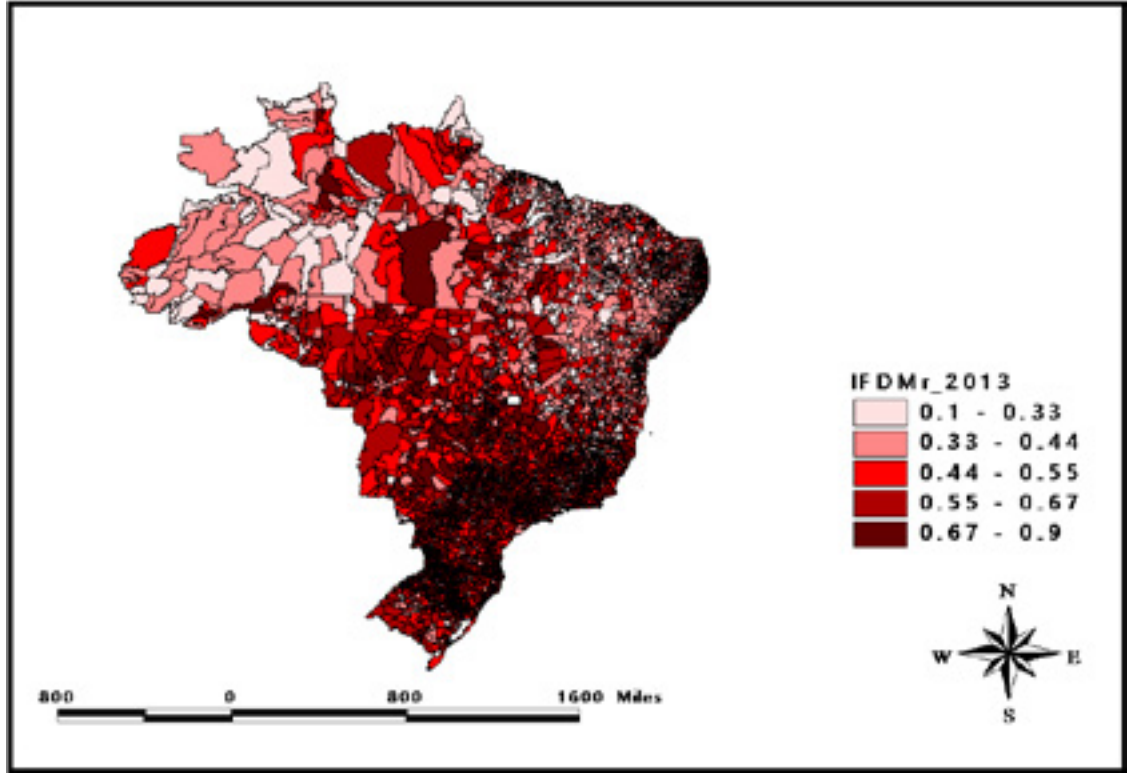
A Figura 5, referente ao Índice FIRJAN de Educação (educ_2013), e a Figura 6, referente ao Índice FIRJAN de Renda (renda_2013), evidenciam um padrão semelhante: os municípios com maiores níveis de renda e educação estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste, enquanto os menores valores se distribuem nas regiões Norte e Nordeste. Essa correspondência entre os mapas reforça a associação positiva identificada nas estimativas econométricas entre as variáveis estruturais e o grau de transparência.

Figura 5 – Gráfico regional com o Índice de Educação da FIRJAN



Fonte: Elaboração Própria

Figura 6 – Gráfico regional com o Índice de Renda da FIRJAN



Fonte: Elaboração Própria

No que se refere às variáveis de interesse (cent, cent_d e cent_e), os coeficientes estimados não se mostraram estatisticamente significativos a nenhum nível de confiança. Esse resultado indica que a ideologia partidária dos gestores municipais não é um fator relevante para explicar diferenças nos níveis de transparência das administrações públicas brasileiras. Em outras palavras, não há evidência de que partidos de esquerda, centro ou direita apresentem comportamentos distintos quanto à divulgação de informações e à prestação de contas à sociedade.

Esse achado é consistente com estudos que discutem as especificidades do sistema político brasileiro. Zuccolotto e Teixeira (2014) argumentam que o pluripartidarismo e as coligações heterogêneas tornam o alinhamento ideológico pouco relevante no nível municipal. De modo semelhante, Krause, Dantas e Miguel (2010) ressaltam que o presidencialismo de coalizão reduz a competição programática e incentiva acordos políticos baseados em cargos e concessões administrativas, o que enfraquece a coerência ideológica entre os partidos.

Além disso, Rebello (2015) observa que os partidos brasileiros têm perdido identidade programática e confiança social, uma vez que as fronteiras entre esquerda e direita se tornaram menos nítidas. Nesse contexto, a accountability partidária torna-se limitada, pois o eleitor tem dificuldade em associar desempenho governamental a linhas ideológicas específicas.

De modo geral, os resultados empíricos sugerem que a transparência municipal no Brasil está mais fortemente associada a fatores estruturais — como renda e educação — do que à orientação partidária dos gestores. Essa evidência reforça a importância de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e ao fortalecimento da capacidade institucional dos municípios como condição para a ampliação da accountability no país.

CONCLUSÃO

A promulgação da Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, representou um marco para o fortalecimento da transparência e da accountability no Brasil. A partir desse contexto, o presente estudo buscou analisar se a ideologia partidária dos gestores municipais — posicionada nos espectros de centro, esquerda e direita — exerce influência sobre os níveis de transparência das administrações públicas locais, mensurados pela avaliação de gestão do Ministério Público Federal (MPF).

Os resultados empíricos indicam que a orientação ideológica não se mostrou estatisticamente significativa para explicar variações nos níveis de transparência municipal, corroborando as evidências apresentadas por Cruz *et al.* (2012), Bellver e Kaufmann (2005) e Zuccolotto e Teixeira (2014). Essa constatação sugere que, no contexto brasileiro, marcado por um sistema político multipartidário e por coalizões heterogêneas, a ideologia partidária tem papel limitado na determinação das práticas de prestação de contas e divulgação de informações públicas.

Por outro lado, os resultados destacam a relevância das variáveis estruturais — renda e educação — como determinantes do grau de transparência. A associação positiva entre renda e transparência sugere que municípios com maior capacidade econômica tendem a apresentar estruturas administrativas mais consolidadas e cidadãos com maior acesso à informação, o que amplia o controle social sobre a gestão pública. De forma semelhante, o efeito positivo da educação indica que sociedades mais instruídas estão mais propensas a exercer pressão por condutas éticas e pela divulgação das ações governamentais, fortalecendo, assim, os mecanismos democráticos de fiscalização.

Essas evidências apontam que políticas voltadas ao aumento da escolaridade e à redução das desigualdades de renda podem contribuir indiretamente para a ampliação da transparência e da participação cívica. A promoção de condições socioeconômicas mais favoráveis tende a fortalecer a capacidade de accountability da sociedade, estimulando a construção de uma cultura política mais exigente em relação à gestão pública e ao uso dos recursos coletivos.

Em síntese, o estudo reforça que a consolidação da transparência nos municípios brasileiros depende menos de orientações ideológicas e mais de fatores estruturais associados ao desenvolvimento econômico e educacional. A partir dessa constatação, políticas públicas que priorizem o fortalecimento institucional e o investimento em capital humano podem constituir caminhos eficazes para aprimorar a governança local e consolidar práticas de transparência e responsabilidade pública.

REFERÊNCIAS

ALT, James E.; LASSEN, David Dreyer; ROSE, Shanna. The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. **IMF Staff Papers**, Washington, v. 53, n. 1, p. 30-57, 2006. DOI: <https://doi.org/10.2307/30036021>

BABIRESKI, Flávia Roberta. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. **Newsletter Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 1-16, 2016.

BELLVER, Ana; KAUFMANN, Daniel. Transparenting transparency: initial empirics and policy applications. **World Bank Policy Research Working Paper**, p. 1-72, 2005. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.808664>.

BERNARDO, Joyce Santana; REIS, Anderson de Oliveira; SEDIYAMA, Gislaine Aparecida Santana. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 277-292, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ranking nacional da transparência**. Brasília: MPF, [2016]. Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/resultados>.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da Silva; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FERNANDES, Fátima. Entrevista a Fátima Murad. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n. 12, p. 185-195, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85229>.

FERNANDES, Jovelaine Lopes Galvão. **Educação e cidadania em Paulo Freire**. 2011. Dissertação (Mestrado em Pedagogia) – Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência**: accountability e política da publicidade. São Paulo: Lua Nova, 2011.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2016.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public Administration Review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GUJARATI, Damodar N. **Econometric analysis**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. São Paulo: Konrad Adenauer; Unesp, 2010.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; ANDRADE, Izabela Cristina Fonseca; COLARES, André Felipe Vieira. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais. *In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 11., 2014, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEA-USP, 2014.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p55>.

O'DONNELL, Guillermo A. Delegative democracy. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 5, n. 1, p. 55-69, 1994.

PAIVA, Clarice P. R.; ZUCCOLOTTO, Robson. Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 33., 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPAD, 2009.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

PRADO, Otavio. **Governo eletrônico e transparência**: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desempenho do Estado: uma perspectiva *agent x principal*. *In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 39-73.

REBELLO, Maurício Michel. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 69-90, jun. 2015.

RICE, Ronald E. Primary issues in Internet use: access, civic and community involvement, and social interaction and expression. *In: LIEVROUW, L. A.; LIVINGSTONE, S; RICE, R. E. (ed.). Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICTs*. London: Sage, 2002. p. 105-129.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, 2000.

ROEDER, Karolina Mattos. Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 10., Belo Horizonte, 2016. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ABCP, 2016.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 32., Caxambu, 2008. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2008.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

VASCONCELLOS, Fabio. Maioria dos partidos se posiciona como de centro: veja quem sobra no campo da direita e da esquerda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html>. Acesso em: 13 out. 2017.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.